



III Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2013



Trilha 1

Universalidade, Acessibilidade e Diversidade

Belém, 03 de setembro de 2013



1. INTRODUÇÃO

A **Trilha 1 - Universalidade, Acessibilidade e Diversidade** do III Fórum da Internet do Brasil e Pré IGF Brasileiro 2013 foi realizada no dia 03 de setembro de 2013 no Hangar Convenções de Pará em Belém (PA).

Foi coordenada pela conselheira do CGI.br Veridiana Alimonti. O trabalho iniciou-se com a abertura pela coordenadora da trilha que expôs os procedimentos adotados, no qual a primeira hora fora reservada aos painelistas representantes de cada setor, que tiveram vinte minutos para suas exposições iniciais. Após as apresentações dos painelistas convidados foi aberta a plenária para as falas dos participantes, que poderiam se manifestar por até cinco minutos. Em seguida ocorreram grupos de aprofundamento, com temas pré-estabelecidos referentes à trilha, e, por fim, foi aberta a plenária para debates finais.

O Relatório Completo desta trilha, representada por este documento, apresenta todos os eventos ocorridos durante a **Trilha 1** bem como os anexos referentes aos documentos criados durante o III Fórum da Internet.

Assim, o relatório divide-se o relatório:

- 1) Temas Discutidos;
- 2) Exposições dos Painelistas;
- 3) Exposição dos Participantes;



- 4) Debates de Aprofundamento;
- 5) Anexos

2. PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS NA TRILHA 1

Foram identificados como temas apontados pelos painelistas e participantes da trilha:

- a) Universalidade;
- b) Diversidade;
- c) Inclusão;
- d) Outros Temas.

Entre estes temas foram identificados os principais posicionamentos, consensos e dissensos entre os representantes da Academia, do Setor Empresarial, do Governo e do Terceiro Setor e os participantes da Trilha 1.



2.1. Universalidade

Tabela 1- Posicionamentos sobre o tema Universalidade

<u>Academia</u>	<u>Setor Empresarial</u>
<ul style="list-style-type: none">• Existe uma convergência para a massificação de acesso, mas a universalização não pode ser dada a qualquer custo. É importante garantir a autonomia de cada indivíduo, com a valorização das identidades;• Empresas privadas tem uma participação significativa no processo de universalização.	<ul style="list-style-type: none">• O preço elevado de operacionalização, os encargos excessivos na mão de obra e na energia elétrica, a falta de profissionais especializados, entre outros, podem ser empecilhos para o Brasil na universalização do acesso;• Há uma necessidade de incentivar a competitividade e o empreendedorismo local, que poderiam ser utilizados como estratégias para a Universalidade.



Governo

- O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) propõe estratégias com a finalidade de promover a massificação da Internet no país através da redução do preço no usuário final, da isenção tributária, do aumento da cobertura e também da melhoria na qualidade do serviço prestado;
- A lei que permite que qualquer empresa peça a ANATEL uma licença para prestar serviços de TV a cabo garante maiores investimentos em outras regiões do país, podendo chegar a rede;
- A Banda Larga 4G será uma alternativa para quem precisa utilizar Internet em casa, pois permite uma capacidade de universalização maior que a da banda larga fixa.

Terceiro Setor

- Para que se garanta a universalização é necessária a participação de diversos setores;
- É necessário que agreguem novos atores públicos, privados e da sociedade civil.
- É necessário que se aumente a competição no setor privado;
- Precisam-se criar mecanismos de responsabilização das empresas que sejam capazes de assegurar a prestação de serviços.



Participantes

- O Governo deve universalizar a banda larga porque se trata de um serviço fundamental para a cultura, educação e inclusão digital no país.

Tabela 2 - Consenso sobre o tema Universalidade

Academia	Empresarial	Governo	Terceiro Setor	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> • A participação das empresas privadas é importante para que o acesso à Internet se torne universalizado; • Existe uma falta de cobertura, sendo necessária a expansão das redes, considerando as desigualdades regionais do Brasil. 				<ul style="list-style-type: none"> • Não foi explicitado.



Tabela 3 - Dissenso sobre o tema Universalização

Academia	Empresarial	Governo	Terceiro Setor	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> Não foi explicitado. 				<ul style="list-style-type: none"> Discordam do uso do termo “massificação” pelo Setor Governo ao invés do termo “universalização”.



2.2. Diversidade

Tabela 4 - Posicionamentos sobre o tema Diversidade

<u>Academia</u>	<u>Setor Empresarial</u>
<ul style="list-style-type: none">• Interculturalismo e comunicação são duas coisas utópicas. A tecnologia da informação é um meio importante para reconhecimento e valorização das diferenças regionais e para a formação de identidades.• É importante a massificação da Internet como política pública, mas sem a suspensão da diversidade;	<ul style="list-style-type: none">• Existem grandes desafios para a expansão das tecnologias na Região Norte e suas limitações alimentam a exclusão das comunidades isoladas.



Governo

- Existe um déficit significativo de inclusão digital na Região Norte, marcando os piores índices em relação aos pontos de Internet residenciais disponibilizados, mas aponta a perspectiva de crescimento a partir da iniciativa do Plano Nacional de Banda Larga.

Terceiro Setor

- São consideradas as especificidades regionais na implementação de planos e programas do Governo;
- As políticas públicas devem abranger aspectos de desenvolvimento humano e arranjos educativos, além dos serviços básicos mínimos, numa perspectiva integrada;
- Iniciativas de pequenos atores e organizações locais podem promover a transformação das comunidades isoladas e inserir populações desconectadas no mundo digital como no exemplo de uma “lan house” que promove serviço wi-fi para a sua região.

Participantes

- Uma das áreas que sofrem com a deficiência de rede é a rural. Os pequenos provedores podem ser uma solução para esse déficit.



Tabela 5 - Consenso sobre o tema Diversidade

Academia	Empresarial	Governo	Terceiro Setor	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> Não foi explicitado. 		<ul style="list-style-type: none"> Concorda com o setor empresarial que existem grandes déficits e falta de investimentos na Região Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi explicitado. 	



Tabela 6 - Dissensos sobre o tema Diversidade

Academia	Empresarial	Governo	Terceiro Setor	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> • Não foi explicitado. 			<ul style="list-style-type: none"> • O Terceiro Setor discorda em relação ao Governo que a inclusão digital deve ser resolvida pelo setor privado, em especial na Região Norte. Por se tratar de uma região com poucos recursos e capital, necessita de políticas públicas realizadas pelo governo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi explicitado.



2.3. Inclusão

Tabela 7 - Posicionamentos sobre o tema Inclusão

<u>Academia</u>	<u>Setor Empresarial</u>
<ul style="list-style-type: none">• A inclusão não deve apenas visar o consumidor, mas também uma atividade produtiva.• A inclusão digital com autonomia tem uma possibilidade produtiva e educacional.	<ul style="list-style-type: none">• Em regiões do interior do país, há pequenos locais que muitas vezes vendem informática e telefonia em pequenos comércios fazendo a implementação de uma Internet sem fio, logo, acredita que esta atividade deve ser apoiada visando que essas empresas prestam serviços fundamentais para a inclusão digital em suas regiões;• As pressões pela inclusão e pela inovação devem ser vistas como oportunidade e um desafio positivo para melhorar o uso e democratizar o acesso de toda a população.



Governo

- O Brasil possui um grande déficit em inclusão digital;

Terceiro Setor

- Existe uma preocupação pela falta de investimento na área que mudariam a realidade de projetos de inclusão digital, assim como de projetos de universalização;
- A inclusão digital deve ser vista pensando na multiculturalidade da Região Norte, contemplando a pessoa de origem do nordeste brasileiro e a população indígena.

Participantes

- Falta uma maior inclusão social para deficientes. Apenas 2% das pessoas brasileiras com deficiência tem acesso à Internet.



Tabela 8 - Consensos sobre o tema Inclusão

Academia	Empresarial	Governo	Terceiro Setor	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma falta de investimento na inclusão digital. Deve-se investir mais; • Há uma dificuldade em levar Internet para as áreas rurais e isoladas e democratizar o acesso. 				
			<ul style="list-style-type: none"> • Terceiro Setor e Academia entendem que as políticas públicas para inclusão digital não levam em consideração carências básicas como energia elétrica. 	



Tabela 9 - Dissensos sobre o tema Inclusão

Academia	Empresarial	Governo	Terceiro Setor	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> Não foi explicitado. 			<ul style="list-style-type: none"> O Terceiro Setor discorda em relação ao Governo, que a inclusão digital deve ser resolvida pelo setor privado, em especial na Região Norte. Por se tratar de uma região com pouco recurso e capital, sendo uma região que necessita de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi explicitado.



2.4. Outros temas

Tabela 10 - Outros temas

<p><u>Academia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não citou outros temas. 	<p><u>Setor Empresarial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não citou outros temas.
<p><u>Governo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não citou outros temas. 	<p><u>Terceiro Setor</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não citou outros temas.
<p><u>Participantes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Os participantes apoiaram o Marco Civil da Internet no Brasil e a Neutralidade de Rede. 	

- Não foram explicitados consensos.
- Não foram explicitados dissensos.



3. EXPOSIÇÕES DOS PAINELISTAS

Na **Trilha 1 - Universalidade, Acessibilidade e Diversidade** foram convidados quatro painelistas que representavam quatro diferentes setores, o Governo, representado por **Artur Coimbra, do Departamento de Banda Larga - Minicom**, a Academia representada por **Rafael Evangelista, da UNICAMP**, o Terceiro Setor pelo **Paulo Lima, da Saúde Alegria (PA)** e por fim, representando o setor empresarial, **Eduardo Neger, da ABRANET**.

Resumo da Exposição dos Painelistas

O **Setor Governamental**, representado por **Artur Coimbra**, ressaltou o déficit da infraestrutura e acesso à Internet nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, bem como nas regiões rurais. Para superar os problemas de acesso apresentou as iniciativas do Governo Federal, especialmente as contidas no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), para a redução do preço da Internet banda larga (promoção da competitividade entre as empresas provedoras de acesso à Internet através da reativação da Telebrás e ampliação do número de empresas; a adoção de isenções tributárias; e, a aquisição de um satélite brasileiro); o aumento da cobertura de serviço (a promulgação da Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; a disseminação da banda larga móvel e 4G; e, a expansão da fibra ótica nos municípios brasileiros); e, a melhoria da velocidade e qualidade da banda larga adquirida (aprovação de resoluções da ANATEL para a qualidade da banda larga fixa e móvel). A apresentação do **Setor Empresarial** feita por **Eduardo Neger** trouxe uma reflexão sobre a complexidade da Internet e das novas tecnologias e sua centralidade



na sociedade contemporânea. O painalista destacou também a exclusão digital entre as classes sociais mais baixas e as pessoas que moram nas regiões Norte e Nordeste, bem como nas áreas rurais. Propôs que o incentivo as pequenas empresas locais de telecomunicações podem ser uma das soluções para garantir o acesso à Internet nessas regiões. Também citou a alta carga tributária da banda larga no Brasil como um dos pontos que coíbe a sua expansão. Focalizando na Região Norte, ressaltou que existem diversas dificuldades nessa região que vão desde o acesso às telecomunicações até energia elétrica. Por fim, defendeu que deve haver competição na área de serviços de Internet para favorecer a melhoria da qualidade. O **Setor Acadêmico**, representado por **Rafael Evangelista**, destacou que a perspectiva do cidadão com acesso à Internet não deve ser tratada apenas como consumidor e a importância da existência de políticas públicas para promover a diversidade cultural na rede. **Paulo Lima** representou o **Terceiro Setor**, ressaltou a importância de políticas públicas de acesso coletivo, bem como as dificuldades e necessidades de projetos de inclusão digital em áreas isoladas através da experiência do projeto Saúde e Alegria que faz parte.



3.1. Setor Governamental - Apresentação de Artur Coimbra

O painalista iniciou expondo a importância de estar em Belém, na região com a qual o Brasil tem mais déficit em termos de estrutura de inclusão digital e que precisa ser cada vez mais comungada ao resto do país nas suas políticas públicas. Afirmou que na região Norte, de uma forma em geral, os números de acesso são menores do que nas outras regiões do país. Por outro lado, desde o lançamento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) em 2010, a Região Norte tem crescido mais em números de acesso com taxas bem superiores ao crescimento das demais regiões. Isso mostra que persiste a desigualdade, mas que esta vem diminuindo. Hoje, devido ao PNBL, são atendidos mais de mil municípios no Brasil, sendo muitos deles na Região Norte como em Tocantins e Amapá. Até 2014 será ativada uma rede que está sendo implantada do Pará até o Amapá e esta região terá acesso por fibra ótica que não existe hoje também no estado do Amazonas, no baixo Amazonas e no Oeste do Pará. Além dessas situações da região Norte, é importante destacar algumas ações sobre o programa que estão sendo voltadas para todo o país de uma forma em geral e que tem procurado, principalmente, reduzir o preço do serviço de acesso à Internet. Quando o programa foi lançado, três objetivos principais foram declarados: a) a redução do preço; b) o aumento da cobertura de serviço; e, c) a melhoria da qualidade e velocidade de banda larga adquirida. Essas ações para a redução de preço foram a mais trabalhadas até hoje, então, além da própria Telebrás que foi reativada pelo programa para implantar uma competição no mercado do atacado, destacou também o plano de competição feito pela ANATEL, cujo objetivo é permitir que novas empresas entrem no mercado e haja competição em condições de maior igualdade com as empresas já instaladas. Assim, o preço baixaria e a qualidade aumentaria. Também em relação ao preço é importante destacar a banda larga móvel que é um meio de acesso à Internet com



preço mais reduzido que a banda larga fixa e vem crescendo seu uso. Algumas ações tributárias já foram feitas por esse governo como, por exemplo, a inclusão dos *tablets*, dos *smartphones* e *modems* na lista de bens com isenções tributárias, assim como computadores, entre outros.

Para reduzir os preços, o governo federal deve adquirir um satélite que deve ser lançado até o final de 2015 e funcionará a partir do primeiro semestre de 2016. Esse é um satélite com uma tecnologia relativamente nova que permitirá uma redução drástica no preço dos dispositivos por satélite. Quando se fala de satélite é importante lembrar que atualmente no Brasil existem cerca de 180 municípios que dependem de satélite para o acesso à Internet. Atualmente, a capacidade satelital é proibitiva no país. Então, frequentemente um provedor que queira prestar acesso a Internet em um determinado local no município, sendo coberto por área terrestre, precisa contratar uma capacidade satelital que inviabiliza a oferta do serviço e quando permite essa oferta a mesma chega a valores muito altos que inviabiliza o mercado consumidor. Então, esse satélite que será lançado pela Telebrás custará torno de 300 a 500 reais, significando uma redução de quase 90% dos preços que são praticados atualmente.

Todas essas ações com o objetivo de reduzir o preço já começaram a surtir efeitos, sendo que no último relatório sobre o PNBL foi reconhecido a redução de preços para o Brasil de 46% em relação ao valor anterior para o acesso à banda larga no intervalo de um ano. É necessário entender que além dessas ações voltadas a redução do preço, que estão causando impacto é importante que tenha ações também, voltadas para a expansão da infraestrutura, porque se reduzir o preço e não estimular o investimento de uma estrutura nova tende-se a ficar estagnado. Portanto, na situação de falta de expansão da infraestrutura as pessoas terão



acesso à Internet apenas onde existe rede e que não será expandida para outros lugares, sendo que muitos lugares precisam de rede para ter acesso ao serviço.

Destacou outra ação que dependeu muito da colaboração do Congresso Nacional, que foi a aprovação da Lei de Acesso Condicionado (Lei n. 12.485/2011). É a lei da TV por assinatura que pensa em substituir a prestação de serviços de TV a cabo, que é a TV por assinatura em geral. Essa lei permite hoje que qualquer empresa peça uma licença na ANATEL para prestar serviço de TV a cabo, situação que antes não poderia acontecer, pois era um procedimento complicado. O Brasil tem mais municípios com acesso à Internet que TV a cabo. Espera-se que ocorra o inverso com essa lei, e, portanto, a TV a cabo chegaria primeiro porque a demanda é maior e essa leva junto o acesso à Internet. Outra ação importante foi a realização do leilão da quarta geração de banda larga Móvel, o 4G, que começou a ser implantada e permitirá capacidade mais próxima do que a banda larga fixa e funcionará como uma alternativa para quem precisa acessar a Internet em casa. Para tratar da qualidade de banda larga, a ANATEL publicou duas resoluções que tratarão da qualidade de banda larga fixa e banda larga móvel.

Todas essas ações que tem o objetivo de reduzir preços da estrutura irão ser feitas visando o próximo passo. Destacou dois passos: em 2016 serão colocadas metas fortes e uma dessas metas deverá ser relacionada à expansão da rede de fibra ótica nos municípios, objetivando atingir metade dos municípios brasileiros com fibra ótica até 2022. O segundo passo a ser enfrentado será a carga tributária do serviço do país, pois isso inibe o acesso à banda larga.



3.2. Setor Empresarial – Apresentação de Eduardo Neger

Iniciou sua apresentação exibindo um vídeo que tratava da inclusão digital a fim de proporcionar uma reflexão sobre a Internet, a existência da rede, o que esta pode trazer e como pode mudar a realidade das pessoas. Para pensar na melhoria da infraestrutura de banda larga no país, a Internet foi separada inicialmente em duas situações. Na primeira, Internet e telecomunicações são dois assuntos com duas aplicações diferentes. Telecomunicação é uma infraestrutura que dá suporte a Internet. Já a Internet é muito mais que simplesmente o acesso às redes de telecomunicação, tratando-se também de como um usuário coloca conteúdo na rede e como isso tem impacto na vida de todos. Destacou que quando se fala de Internet, esta abrange uma ampla cadeia que vai desde quem promoveu o acesso do usuário até quem gerou o conteúdo.

Tratando de algumas estatísticas de acesso e uso à Internet no Brasil, apontou que entre a proporção de usuários de Internet existe uma segmentação regional no país. Evidentemente, essa segmentação está mais presente nas classes sociais mais baixas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e nas áreas rurais, pois existe um foco muito grande na implementação em áreas urbanas. As políticas públicas objetivam contornar isso nos próximos anos, mas a realidade que se tem é que muitas áreas do país sequer tem serviços confiáveis de telefonia fixa. Portanto, é um grande desafio construir uma infraestrutura nos próximos anos que atenda as áreas rurais.

Outro dado exposto é que o número de indivíduos que utilizam *lan houses* diminuiu, ou seja, a Internet tem sido cada vez mais individual porque a redução dos preços tem contribuído para que as pessoas tenham dispositivos para acessar a rede. Essa



situação tem transformado os serviços das *lan houses* de local do acesso à Internet para serviços de pequenos provedores. Outro fenômeno interessante que acontece no Brasil é que hoje existem cerca de quatro mil empresas que possuem a licença que as define como serviços de comunicação multimídia. Se todas essas empresas fossem somadas, hoje seriam a quarta maior operadora de banda larga do país. Ou seja, são pequenas empresas operadoras de telecomunicações que constroem a infraestrutura para poder prestar diversos serviços, dentre estes o acesso à Internet. Essas pequenas empresas de telecomunicações podem gerar empregos locais e aplicativos nacionais, bem como minimizar a dificuldade de acesso à Internet em algumas regiões do país, independentemente de políticas públicas, pois é uma oportunidade de negócio para estas pequenas empresas locais. Portanto, o setor empresarial defendeu que essas pequenas empresas são uma atividade que tem que ser apoiada, pois prestam serviços fundamentais para a inclusão digital nas regiões isoladas.

Outro problema que foi destacado é que no Brasil há um cenário em que a tributação atinge 40% do preço da banda larga. Portanto, é difícil de falar de políticas públicas com a carga tributária tão alta como está. O painelista do setor empresarial relatou sobre o incentivo à pesquisa de inovação que está diretamente ligada à Internet e é um terreno fértil para desenvolvimento de pequenos negócios e ações e certamente o país deve-se aproveitar essa jornada de oportunidades, especialmente nas empresas ligadas à Universidade.

Por fim, focou na região Norte, abordando o desafio em relação à distância e a falta de infraestrutura que abrange desde o acesso às telecomunicações até energia elétrica, pois muitas das áreas da região do Amazonas só tem acesso por via fluvial. Finalizou exaltando a importância da competição, que se torna um dos grandes fatores para mobilizar a Internet no país já que existe uma



dependência das redes de telecomunicações atualmente. Para o painalista, é importante que as empresas compitam porque a competição favorece uma qualidade melhor.

3.3. Setor Acadêmico – Apresentação de Rafael Evangelista

Rafael Evangelista iniciou sua fala apontando que suas preocupações estão localizadas na antropologia, dizendo estar procurando o bem e pensando nas questões sobre a diversidade cultural. Relatou que possui um histórico de pesquisa sobre a investigação das tecnologias, declarando existir dois eixos que são importantes, que se alimentam mutuamente e que de certa forma mostram insuficiência. Apontou que o primeiro deles é a questão do culturalismo, pois por mais que se fale sobre a diversidade cultural isso é pregado como um valor que tem uma história do pensamento humano. Citou o exemplo do caso após o final da Segunda Guerra, quando a humanidade se vê assustada com o que aconteceu com os horrores da guerra. Nesse tempo, segundo o painalista, as nações estavam em busca de uma identidade, condensando o mundo em um lugar de particularidade de conduta.

A partir disso, os direitos humanos foram publicados e a Organização das Nações Unidas (ONU) fez um esforço muito grande de chamar pensadores para falarem sobre o valor da diversidade e também é nesse período que surgiram linhas mestres do multiculturalismo, que seria uma política de estado de afirmação, permitindo a livre expressão do particularismo e ao mesmo tempo uma livre expressão não perigosa, de convivência de modo de ser e modo de viver diferentes e a partir daqui a diversidade começou a ser mensurada pelo valor das políticas multiculturalistas, especialmente em políticas de estados nos países que



começaram a receber populações coloniais, no caso os do primeiro mundo, dando a oportunidade dessas pessoas desenvolverem e fortalecerem suas identidades em um estado multiculturalista.

Para o painalista, esta foi uma das utopias que se vem construindo nos últimos 60 anos e que tem dados sinais de esgotamento. Essas políticas de estado tem apresentado um grau irritado nas horas mais grave, principalmente quando tentaram se afirmar de maneira violenta ou quando os estados começaram a tratar de culturabilidade. Disse acreditar ser curiosa a utopia dos presentes baseados na comunicação, visto que são justamente os recursos e pensadores que vão ajudar a construir as bases filosóficas e também técnicas da comunicação dos processos de informação. E dessas conversas que sairiam o entendimento sobre particularidades, construindo um mundo de convenções que permitiria a convivência pacífica.

Apontou que os intelectuais envolvidos no esforço de construção da cibernética irão alimentar a sociedade de hoje. Disse acreditar que a comunicação seria uma fonte de riqueza, onde saem os projetos de construção capitalista, baseado na venda, na troca e no comércio de informações. A utopia da informação é para esconder a importância da base material, da riqueza do trabalho, do minério, da água e da luz. Atualmente, a Internet tem tido cada vez mais acesso, mas ao mesmo tempo existem estruturas que estão cada vez menos deixando de estar ou estender as mãos para outro tipo de movimento ou de novos produtores de comunicação ou de comunidade e infraestruturas de tecnologias que estão de novo sendo concentradas em volta de algumas empresas.



Para o painalista, o caso mais claro disso é como uma abertura da autonomia, quando se utiliza a nuvem e a centralização do Facebook e outras atividades na rede, mas a Internet representa também possibilidades muito legais de fortalecimento de identidades e de valores de populações que querem a inserção. A Internet possui uma possibilidade de que essas identidades de minoria possam ser construídas de uma maneira mais efetiva e com pontes bastantes fortes. Encerrou destacando as questões de espionagem, dados pessoais que algumas grandes mídias sociais tem concentrado e feito uso. Outro exemplo dado foi de que Mark do Facebook fundou uma organização chamada de Internet.org¹, cuja a proposição é colocar todo o planeta em contato mesmo que seja por meio de uma camada mínima na Internet que funcionaria como um telefone, que seria com um acesso mínimo via texto etc. A justificativa de Mark é a utopia que comentou na apresentação, mas apontou ser complicado fazer esse mínimo esforço para incluir todas as pessoas conectadas sem ter autonomia, sem serem pessoas incluídas e sem a possibilidade da construção de uma comunicação própria e de ferramentas tecnológicas que reflitam essa inclusão.

3.4. Terceiro Setor - Apresentação de Paulo Lima

O painalista apontou que sua apresentação se dividira em duas partes: uma sobre as políticas públicas e outra sobre o Projeto de Inclusão Digital e Cultural no oeste do Pará, que é onde atua no Projeto Saúde e Alegria. Ressaltou, primeiramente, que já

¹ <http://internet.org>



passaram 10 anos da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em que o Brasil assumiu vários compromissos e foi possível naquela época consolidar o Comitê Gestor de Internet no Brasil, mas percebeu que muitos desses compromissos continuam apenas com promessas.

Afirmou que sua principal preocupação foi a fala do Setor Governo em que todas as soluções caminham para que o setor privado resolva os problemas das questões ligadas à inclusão digital em todas as áreas do Brasil, especialmente na Região Norte. Para o painelista, sabe-se que isso dificilmente acontecerá. Por ser uma região com menos habitantes e que tem pouco capital, pouco recurso, com áreas em que não há energia elétrica e a conexão é raramente satelital as políticas públicas não podem ser presididas pelo setor privado. Há grandes eventos realizados pelo setor privado. O painelista afirmou que a região Norte por ser uma área menos interessante do país de muitas oportunidades, possui um setor privado muito pouco competitivo com poucas empresas que competem entre si. E a ANATEL efetivamente também não tem atuado nesse campo, pois é eficiente no controle das rádios comunitárias, que são chamadas de rádio pirata e são fortemente controladas, enquanto que nas companhias de operação telefônica que tem a responsabilidade também de oferecer a banda larga, não estão em nenhuma cidade da Região Norte e nem mesmo nas capitais dessa região.

Outra preocupação tratada foi um projeto que foi alardeado no último Fórum da Internet no Brasil, o projeto de Cidades Digitais, que gerou grandes expectativas para a Amazônia brasileira e os resultados do projeto também não foram apresentados. É necessário que haja uma oportunidade de ouvir um pouco sobre esse projeto. Citou que os serviços de adesão à banda larga não chegam à Região Norte, mas os serviços de telefonia.



Também gerou preocupação não ter ouvido falar de investimentos baseado na universalização dos serviços tecnológicos de telecomunicações, que devem estar chegando a dez milhões de reais e poderiam ser investimentos que mudariam a realidade da inclusão digital. Ressaltou que a Amazônia é uma área habitada e necessita de políticas públicas para garantir o acesso à Internet banda larga e que também precisa de soluções criativas que efetivamente realize a inclusão social dessas pessoas.

A região de atuação do Projeto Saúde e Alegria no Pará em que o painalista trabalha e tem estudado desde 2000 foi aberto o primeiro telecentro com conexão de satélite em 2003 na comunidade perto do rio Tapajós e conseguiram desde então montar uma rede de 12 telecentros. Em 2005, obtiveram uma rede wi-fi que cruzava o rio e compartilhava o sinal com cerca de 30 quilômetros.

O projeto criado pelo painalista prevê a criação de outras ações usando as tecnologias de informação a partir de dispositivos móveis. Pretende-se atingir 20 comunidades com ponto de acesso 3G e 12 telecentros baseados em energia limpa e conexão 3G por meio de parcerias com empresas e fundações como a Telefônica.

Ressaltou que buscam viabilizar o intercâmbio de informações dessas comunidades para o mundo, ou seja, a realidade de quem está na Amazônia para provocar o desejo do jovem e fazer com que este busque informações sobre sua comunidade. O objetivo é que este jovem vire um ativista em nome da sua cultura e passe a participar ativamente das redes sociais e entenda a história de sua comunidade. Isso realmente é a ideia de um arranjo comunicativo local em que o jovem “corre” atrás do desejo de entender como funcionam as tecnologias e como isso pode transformar aquela comunidade em que vive através de um diário de observação.



Há uma necessidade de políticas públicas de acesso coletivo, pois acredita que isso é importante. A região Norte está na década de 90 em relação ao que acontece nas regiões Sul e no Sudeste em que ocorre um efetivo investimento público para projetos coletivos. Então, é esperado que esse mercado com *tablet* e acessibilidade chegue, pois não é a atual realidade dessa região.

3.5. Debate dos Painelistas

A coordenadora da trilha, Veridiana Alimonti, propõe um debate para os painelistas com os seguintes questionamentos:

- Sugeriu que o debate deve ir além dos números de acesso à Internet no Brasil, mas também deve ser analisado em função da perspectiva de inclusão digital como inclusão social e cultural, bem como de políticas cidadãs, considerando que as redes podem ser as principais plataformas de comunicação para diversas formas de participação como manifestações e intervenções;
- Apontou acessibilidade como um tema da trilha que não foi abordado nas falas dos painelistas.



Finalizou suas provocações questionando: de que acesso os painelistas estão falando e quais seriam as políticas importantes para efetivamente o acesso à Internet do Brasil seja tratado com a perspectiva de um serviço essencial que trata da concretização de diversos direitos, entre eles o direito da comunicação?

Artur Coimbra, representante do Setor Governamental, ressaltou que o Ministério das Comunicações está traçando propostas de metas e objetivos em relação às políticas de acesso à Internet e que isso pode ser dado por meio de subsídios diretos e indiretos como as isenções tributárias e o regime especial. Destacou a discussão sobre a importância dos provedores de pequenos e grandes portes, pois estão presentes em alguns locais que as grandes operadoras não estão porque não tem interesse. Nessa linha, a ANATEL com o governo federal aprovou em agosto de 2013 o regulamento dos serviços de privados. O regulamento implica e trata do provedor comunitário.

Eduardo Neger, da ABRANET, destacou a dificuldade de universalizar e qualificar o serviço de Internet em áreas rurais ou distritos de algumas cidades que acabam ficando de fora das políticas públicas. Citando as dificuldades de implementar a rede nas áreas rurais por causa da infraestrutura mais cara para o provedor e para o consumidor, ressaltou que essas áreas podem ser uma oportunidade de negócio para o negócio local. Sobre a questão da acessibilidade, apontou que a associação que faz parte reuniu-se com o Ministério Público em São Paulo cobrando de quem prove conteúdo na rede a questão da acessibilidade, muitas vezes é uma obrigação de disponibilizar esses conteúdos acessíveis para que as pessoas comecem a enxergar que são também consumidores.



O **representante da Academia, Rafael Evangelista**, apontou que sua fala teve o propósito de ressaltar a importância de haver a perspectiva de percepção da diversidade na Internet como uma política pública. Essa questão também está relacionada com a acessibilidade e realização de políticas públicas que pressionem o mercado para garantir a acessibilidade e este mesmo mercado mais tarde perceba que, na verdade, está perdendo com a exclusão das pessoas na rede. Por fim, posicionou-se que a inclusão não deve ser realizada a qualquer custo, e, portanto, não deve ser realizada visando o consumo, mas sim a atividade produtiva. **Paulo Lima**, representando o **Terceiro Setor**, concordou com a leitura de Rafael Evangelista, enfatizando que todos lutam por uma Internet que seja multicultural e com a participação qualitativa e plena do cidadão, não apenas como um consumidor.

4. EXPOSIÇÕES DOS PARTICIPANTES

- **Mercia Alves da Silva, da Associação das Pessoas Deficientes de Cucau - RF:** fez uma interferência relacionada ao telecentro e diretamente para o representante do Governo, pois em sua associação existe um telecentro que está parado e já foi feita uma carta tanto para a Presidente Dilma Rousseff quanto para o Ministério e não foi recebida qualquer resposta. O projeto tem 2050 softwares e dependem de uma Internet que não chega à área rural. Por fim, pediu que se possível que o **Artur Coimbra, representante do Governo**, comentasse sobre o assunto, para que obtivesse, talvez, uma solução;
- **Artur Coimbra, Ministério das Comunicações:** em resposta ao questionamento de **Mercia Alves da Silva, da Associação das Pessoas Deficientes de Cucau - RF** em relação ao telecentro parado devido à ausência de conexão à



Internet, confessou que não lida diretamente com esta área e se comprometeu a pegar as informações e obter uma resposta.

- **Erick Matos Rodrigues, da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT):** reforçou a questão sobre o papel do provedor de Internet e focou nesta discussão de diversidade, pois com a finalidade de proporcionar o acesso para as áreas mais longes dos centros urbanos é exatamente o que os associados da ABRINT fazem e não seria de hoje. Utilizou como exemplo a sua empresa que tem 18 anos e diversas novas empresas associadas com muitos anos de existência que não tem e nunca tiveram uma frequência exclusiva para trabalhar, pois não há incentivos fiscais. Mas seria um fato que essas empresas estão atuando vivas e florescendo. Posicionou-se colocando que o modelo de provedores foi pensado para privilegiar a concentração das grandes empresas, inclusive no cenário mundial. Afirmou que os subsídios existem e que isso será um caminho natural, bem como essas empresas são um caminho para que se consiga fazer a ação do acesso à Internet no país.
- **Eduardo Neger, da Abranet:** respondeu ao **Erick Matos Rodrigues, da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT)**, que em relação as áreas remotas e regiões rurais, geralmente, não imaginam a dificuldade para a implementação de Internet, pois fazer uma implementação é muito difícil. A mão de obra e os deslocamentos são complicados e tudo isso acaba gerando um custo muito grande que muitas vezes o usuário não consegue pagar. Sobre a questão da tecnologia, existe uma nova tecnologia, que aponta um futuro muito bom para o interior do país que é a questão de rádios. Existem estudos iniciais dessa frequência e buscam as frequências disponíveis



dentro de um espírito para poder trabalhar. Isso pode possibilitar o crescimento do atendimento nas regiões com a facilidade de infraestrutura.

- **Marcos Urupá, do Coletivo Intervozes:** destacou três pontos com a finalidade de gerar reflexão sobre a questão da acessibilidade da banda larga no Brasil. Primeiramente, abordou a desagregação de redes porque acha muito difícil falar de competitividade em um mercado altamente concentrado na malha de infraestrutura. No Brasil há poucas empresas que retêm toda malha da infraestrutura e a entrada de novos serviços nesse processo envolve um diálogo entre as empresas, impedindo que novos concorrentes entrem. Propôs que os participantes pensassem um pouco no que estão trabalhando em termos de competitividade sem manter a estrutura de monopólio atual que é semelhante ao que existe na radiodifusão brasileira. Assim, pediu que fosse realizado esse parâmetro pelo representante do Governo. O segundo ponto abordado foi que é importante que o Governo tenha uma política clara de crescimento no mercado, pois como ela funciona em regime privado não se tem claro como e que objetivos essas empresas pretendem alcançar. Por fim, também tem uma relação com o que foi abordado anteriormente, ao mesmo tempo em que as empresas estão fazendo investimentos em uma malha delas, o Governo está dialogando sobre o Fundo da Universalização das Telecomunicações (FUST). O FUST existe para oferecer serviço em regime público, mas está se debatendo o oferecimento dele em investimento da Internet. O participante entendeu que esse uso é legítimo isso e deve ser feito. O problema é que esse uso é legalmente inviável pelos serviços de Internet em regime privado. Ressaltou que trouxe essas convicções porque esses talvez sejam os grandes desafios para o PNBL.



- **Artur Coimbra, Ministério das Telecomunicações:** respondeu ao **Marcos Urupá, do Coletivo Intervozes** , que não adianta falar de segregação de rede ou falar de mais competição de melhor qualidade, sem falar em remédios contra o controle de condutas competitivas. Em relação aos fatos dos termos de compromissos do PNBL e da expansão da banda larga ser em regime privado, é uma questão ambulatoria, mas que não significa que essas expansões e que esses serviços não tenham obrigações nem tenham metas. Pode ser que não esteja tão claro, por exemplo, um serviço de banda larga móvel tem obrigações e metas que estão colocadas no edital e isso é facilmente enxergado, assim como, o termo de compromissos a atendimentos em municípios estão sendo cumpridos diariamente. No que se refere ao FUST, é necessário uma revisão para ser adequado para atual realidade em relação aos termos de necessidade de expansão desse serviço.
- **Carlos Rebello, do Governo do Acre:** tratou da questão da infraestrutura, afirmando que a maior quantidade de fibra ótica nesse país está no setor elétrico. E toda a malha do país caminha junto em uma estrutura de fibra ótica e esta é muito subutilizada. Existe praticamente uma empresa que comercializa na cidade do Pará que é a Oi, e a empresa comercializa 400 reais até 3 mil reais por mês de serviço, dependendo da localidade. Então, o mais importante é criar espaço de participação para que outras empresas que não estão o jogo consigam entrar e cheguem a Região Norte. O Acre também tem inclusão digital que foi realizada a partir de recursos por pisos de captação financeira, sendo que há cerca de sete mil usuários utilizando Internet gratuitamente.
- **Rodolfo Avelin, do Coletivo Digital:** perguntou se nesse momento de início de construção de banda larga 2.0, no PNBL, pensa-se em contemplar a participação considerando o terceiro receptor e as entidades como sindicatos, ou seja, outras



entidades que estejam relacionadas ao tema. Outra questão abordada visando inclusão digital no Brasil, como se dá a visão dos espaços públicos e dos telecentros com a chegada do link fornecido pela Telebrás? Com relação às redes de fibra óticas, perguntou se os investimentos serão da Telebrás ou dos Ministérios. Ressaltou duas últimas questões. A primeira é uma intervenção para que a neutralidade de rede seja o ponto principal do Marco Civil. E posicionou-se que o telefone da Telebrás teria um papel fundamental na questão da neutralidade da rede no Brasil.

- **Flávia Lefèvre, da PROTESTE:** abordou primeiramente o fato do Governo não querer falar a palavra universalização, e sim o termo massificação. Universalização é um conceito de administrativo direcionado ao interesse público e a promoção de direitos. Outro problema é o lamentável termo de compromisso que o governo federal fechou com as principais empresas de telecomunicações porque está dito que esgotado a quantidade de dados a empresa pode fornecer o serviço de qualquer velocidade. Torna-se um desestímulo para as empresas ao investimento, pois porque a empresa investirá se ela pode baixar a velocidade da rede. Outra questão apontada foi o baixo investimento da Telebrás, pois foi proposto no início do governo que um determinado valor para seria investido nessa empresa para a universalização da banda larga, mas os dados que tinha é que desde a edição do PNBL até hoje não foram investidos o valor combinado. Por fim, questionou que gostaria de entender como se discute um plano de banda larga sem discuti-lo com a sociedade civil. Finalizou pedindo ao governo que se estão fazendo o plano nacional de banda larga, peguem as redes públicas que estão apropriadas há 15 anos e usem essa receita que está sendo alienada e sem controle para investimento público e para universalizar a banda larga.



- **Artur Coimbra, do Ministério das Comunicações:** respondeu ao questionamento de **Flávia Lefèvre, da PROTESTE**, ressaltando que no programa nacional de banda larga foi feita uma participação muito forte não só do terceiro setor, mas do setor empresarial, do próprio governo e da indústria. Isso foi feito no fórum brasileiro de 2010 em que um ambiente foi criado para discutir. Essas discussões geraram frutos que são as ações bem sólidas nos programas. O problema é viabilizar a universalização no contexto, isso é uma preocupação que o governo teme não conseguir. A franquia digital que foi levantada aqui tem sido vista por muitos setores como uma política abusiva para o consumidor, mas na verdade é uma política positiva no sentido de permitir a adequação do produto. E prejudica aqueles que querem ter um acesso pra um determinado fim e não poderiam pagar um preço sem franquia. Concluiu sobre a Telebrás é uma empresa que trabalha com operadora, então quando alguém levanta uma questão que a Telebrás tem que permitir que as empresas atuem no Sul, Sudeste e em outros lugares, é exatamente isso que a Telebrás pretende fazer. Em termos de recurso para investimento da Telebrás, estes são um pouco mais de 500 milhões de reais. Finalizou dizendo que a Telebrás não está deixando de fazer investimento por causa de dinheiro e está executando tudo com muita eficiência.

5. DEBATES DE APROFUNDAMENTO

5.1. Acessibilidade e Diversidade



5.1.1. Subtemas: Gênero, Idade, Pessoas com Deficiência e Diversidade Cultural no Ambiente Digital

Consensos

- Apoio ao marco regulatório da Internet e também a Neutralidade de Rede. As questões discutidas estavam ligadas na construção de identidade, que só podem ser realizadas com uma rede limpa;
- Em termos de idade, entende-se a qualificação quando focada no grupo, capacitação para algumas tecnologias quando adaptada ao contexto das pessoas que vão utilizar. Essa apropriação ocorre de maneira rápida e com facilidade;
- Percebe-se uma necessidade de uma readaptação da tecnologia, que seja colocada em seu foco principal como ferramenta.

Dissensos

- Não foi apresentando dissensos pelo grupo.

Pontos para aprofundamento



- É necessário que se aprenda um pouco mais sobre as experiências que são realizadas no Norte do país, com comunidades de apropriação dessas tecnologias e de seu uso;
- Em relação à construção de identidade, ainda focando o Norte do país, usar a tecnologia para ajudar na construção da identidade de comunidades indígenas;
- No que se refere à idade, verifica-se que a tecnologia e as ferramentas tem uma mudança rápida, aprofundar com que velocidade as ferramentas estão sendo adotadas;
- Utilização de linguagem que não reproduza estereótipos, dando oportunidade para mulheres, homossexuais, transgêneros e outros mais;
- Foi sugerida a elaboração de uma cartilha para popularizar os vários conteúdos acessíveis na Internet.

5.2. Universalidade

5.2.1. Subtemas: Conexão e acesso à infraestrutura, PNBL, Políticas de Acesso e Inclusão Digital

Consensos



- Apoio as políticas públicas que apóiam os projetos coletivos, como no caso dos telecentros, garantindo conexão à Internet, garantindo conexão;
- A Internet deve ser colocada como um Direito Humano à comunicação, porque a atual sociedade de informação é um fator determinado para o desenvolvimento social e econômico do cidadão e das localidades;
- Acompanhamento integrado incluído o Ministério da Educação e do Programa Banda Larga nas Escolas;
- Apoio do Ministérios das Comunicações ao Marco Civil e na defesa da Neutralidade de Rede;
- A elaboração do Plano Nacional de Banda Larga 2.0 possa abrir um diálogo com a sociedade civil envolvendo e integrando as ações de diversos Ministérios. Necessidade de criar critérios mais resistentes para contabilização de operação aos acessos a banda larga;
- Que seja cumprido o artigo 4 ° do Decreto 7.175/10, quanto ao papel da Telebrás como fornecedora de rede para o Governo e atuando com maior presença em área sem interesse econômico para operadoras e/ou com baixo grau de competitividade;
- Coordenação das ações do Ministérios das Comunicações e do Ministério de Minas e Enérgica, a fim de garantir o aproveitamento das fibras óticas, para distribuição e universalização da banda larga.



Dissensos

- Não foi apontado dissenso;

Pontos para aprofundamento

- Participantes da Região Norte e Nordeste destacaram a falta de acesso e infraestrutura, assim como, falta de políticas que garantam novos investimentos nessas localidades. A infraestrutura nesses locais é insuficiente, isso quando não existe;
- Os pequenos provedores manifestaram-se quanto à aplicação do PGMC, especialmente no que diz respeito as grades redes utilizadas, que estão na aposta das concessionárias com poder de mercado significativo;
- O Governo não deveria tratar de infraestrutura pela lógica do mercado, que tem concentração nas localidades e regiões com maior interesse de mercado.



6. ANEXOS

6.1. Participantes da Trilha 1

n.	Nome	Organização	Localidade
1	Carla Tais dos Santos	Barão de Itararé	Rio de Janeiro/RJ
2	Ronaldo Luiz Conde Pereira	Prodepa - Governo do Estado do Pará	Belém/PA
3	Ismael da Silva Ribeiro	UMLAW - Ceará	Fortaleza/CE
4	Ricardo Matheus	Instituto Polis	São Paulo/ SP
5	Mércia Alves da Silva	Associação das Pessoas Deficientes de Cucau/RF	Pernambuco/ PE
6	Luis V. Silva	SEMED – MA	Urbano Santos/ MA
7	Diego Aguiar Mesquita	SEMED – MA	Urbano Santos/ MA
8	Harleson Monteiro	UEPA	Ananindeua/ PA



9	Everton Rodrigues	NIC.BR	São Paulo/ SP
10	Winston Oyadomari	NIC.BR	São Paulo/ SP
11	Alan Y. Kohama	Procon/SP	São Paulo/ SP
12	Flávia Lefèvre	PROTESTE	São Paulo/ SP
13	David Luna	PSC (Partido Social Cristão)	São Paulo/ SP
14	Edilson Brandão	SEMAS - Castanhal – PA	Pará
15	Leon Felipe Tavares	UNIP – PA	Belém/ PA
16	Raimundo N. C. Alves	SERPRO- PA	Pará
17	Raimunda Pereira de Oliveira	Seduc – PA	Capanema/ PA
18	Arthur Ferreira	Rede Cidade Digital	Curitiba/ PR
19	Cláudio Lopes de Freitas	UFPA	Belém/ PA
20	Tatiane Pires da Silva	Blog ProgRS	Porto Alegre/ RS
21	Thiago de Jesus Gonçalves	Prodabel	Belo Horizonte/ MG
22	Telmo Terramote	CNPQ/ Neger Telecom	Campinas/ SP
23	Dionatan Cirilo de Souza	CCADA/ Movimento Social	Macapá/ AP
24	Dino Alves	Telecentro/ Pró-vida Digital	Macéio/ AL
25	Daniela Marques	CGI.BR	São Paulo/ SP
26	Gilmara Alberta M. Andrade	ISA - Instituto Socioambiental	São Gabriel/ AM
27	César B. Lima	UFOPA/ Oficiber	Santarém/ PA
28	Ana Karolina Martins Santana	UFOPA/ Oficiber	Santarém/ PA
29	Yasmin Ayume dos S. Corrêa	CRE/M.R.E	Belém/ PA
30	Gustavo Henrique de Sousa Dias	Prefeitura Municipal	Pontal/SP
31	Melissa Steda	Instituto de Geociências - UNICAMP	Campinas/ SP



32	Vicente Azulay do Nascimento	MCCV	Belém/ PA
33	Marcos Urupá	Intervezes	Brasília/ DF
34	Fillipo Almeida S. Leite	GAM e Reprolatina	São José dos Campos/ SP
35	Cristina Caetano	MSV	Santarém/ PA
36	Marsolio Gomes Lima	SINDPD- AP	Amapá/ AP
37	Alexandre Santos	Centro Digital Cidadania - BA	Sr. Do Bonfim/ BA
38	Erich Matos Rodrigues	ABRINT	Natal/ RN
39	Leila R. D. Santos	PRODEPA	Belém/ PA
40	Willian Lima Favacho	Fora do Eixo	Belém/ PA
41	Karinny de Magalhães	Fora do Eixo	Macapá/ AP
42	Viviane R. Gomes	Instituto Nupef	Rio de Janeiro - RJ
43	Beá Tibiriçá	Coletivo Digital	São Paulo/ SP
44	Carlos Rebello	Governo do Estado do Acre	Rio Brando/ AC
45	José Ricardo Macedo	SERPRO- PA	Belém - PA
46	Antonio da Silva	SERPRO- PA	Ananindeua/ PA
47	Beatriz M. N. Pereira	Telecentro - Raposos/ MG	Raposos/ MG
48	Hudson Augusto Lima	Governo de São Paulo	São Paulo/ SP
49	Karolinni Guimarães	TV Nazaré	Belém/ PA
50	Edeval Batista	GEDAE	Belém/ PA
51	Rubenilson T. Melo	FAPAN	Belém/ PA
52	Jilson da S. Martins	FAPAN	Belém/ PA
53	Raquel Sobral	FGV/SP	São Paulo/ SP
54	Camila Montevechi	FJP/SP	Belo Horizonte/ MG



55	Paulo Lima	Saúde Alegria	Pará
56	Rafael Evangelista	Unicamp	Campinas/ SP
57	Eduardo Neger	ABRANET	São Paulo/ SP
58	Artur Coimbra	Minicom	Distrito Federal/ Brasília
59	Veridiana Alimonte	IDEC, CGI.BR	São Paulo/ SP
60	Ronaldo Pereira	Governo do Estado do Pará - Navega Pará	Pará
61	Rodolfo Avelino	Coletivo Digital	-
62	Iure Kamai Vasconcelos da Luz	ABRINT	-
63	Breno Vale	ABRINT	-

6.2. Moções apresentadas nos debates de aprofundamento

6.2.1. Propostas de Moções de Consenso

1. Apoio a políticas públicas que apoiem projetos coletivos, como é o caso dos Telecentros, garantindo conexão a Internet, utilizando, por exemplo, SIPAM e o GESAC para garantir as conexões;
2. Que institucionalmente o conceito de Universalização seja contemplado nos programas de governo – Regime Misto – Banda Larga Direito essencial;
3. Que a Internet seja colocada como um direito humano à comunicação, pois na atual sociedade da informação, ela é um fator fundamental e determinante para o desenvolvimento social e econômico do cidadão e das localidades;
4. Acompanhamento do programa Banda Larga nas Escolas;



5. Que o Ministério das Comunicações apóie o Marco Civil com a defesa da neutralidade das redes;
6. Que a elaboração pelo governo do PNBL 2.0 abra o diálogo com a sociedade civil, envolvendo e integrando as ações dos diversos Ministérios;
7. É importante criar critérios mais consistentes para a contabilização de penetração dos acessos à banda larga;
8. Fazer cumprir o art. 4º, do Decreto 7.175/2010, quanto ao papel da Telebrás – fornecedora de rede para o governo e atuando com mais presença em áreas sem interesse econômico para as operadoras e/ou com baixo grau de competitividade;
9. Coordenação das ações dos Ministérios das Comunicações e Minas e Energia, a fim de garantir aproveitamento das fibras óticas vinculadas ao setor elétrico para a promoção da universalização da banda larga;
10. Apoio à denúncia feita contra o Governo do Amapá e Oi ao Ministério Público, feita pela ABRAMULT, pelo descumprimento das obrigações assumidas pela concessionária para levar acesso à banda larga;
11. Revitalização do Projeto Navega Pará e do Projeto Navegar do Amapá;
12. Retomada e implementação dos consensos resultados da Conferência de Comunicações;
13. Convocação imediata do Fórum Multissetorial para implementação do Plano Nacional de Banda Larga (Fórum Brasil Conectado).



6.3. Participantes dos Debates de Aprofundamento

6.3.1. Acessibilidade e Diversidade – Grupo 1

n.	Nome
1	Eduardo Neger
2	Raimunda Pereira de Oliveira
3	Hudson Augusto Lima
4	Alan Yokoda Kohama
5	Mércia Alves da Silva
6	Viviane Gomes



7	Filippo Almeida S. Leite
8	Ismael da Silva Ribeiro
9	Dionatam Cirilo de Souza
10	Gilmara Andrade
11	Vicente A. Do Nascimento
12	Rafael Evangelista

6.3.2. Universalização - Grupo 2

n.	Nome:
1	Arthur Coimbra
2	Carlos Rebello
3	Arthur Ferreira
4	Ronaldo Pereira
5	Veridiana Alimonti
6	Winston Oyadomari
7	Tatiane Pires
8	Thiago de Jesus Gonçalves
9	Melissa Steda
10	José Ricardo Macedo de Carvalho



11	Beatriz Maria do Nascimento Pereira
12	Telmo Teramoto
13	Cláudio Lopes de Freitas
14	Iure Kemai Vasconelos da Luz
15	Breno Vale
16	Marcos Urupá
17	Flávia Lefèvre
18	Marsolio Gomes Limas